

## SIGNIFICADOS E PRÁTICAS DE RESILIÊNCIA PARA AS MULHERES NO CÁRCERE

### *MEANINGS AND RESILIENCE PRACTICES FOR WOMEN IN PRISON*

**Patrícia Almeida Proença<sup>1</sup>**

Faculdade Processus – DF, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4004944915015077>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6732-266X>

E-mail: [pproenca@gmail.com](mailto:pproenca@gmail.com)

**Alberto Carvalho Amaral<sup>2</sup>**

Universidade de Brasília, UnB, DF, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4335413036294656>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6117-865X>

E-mail: [alberto.carvalho@institutoprocesso.com.br](mailto:alberto.carvalho@institutoprocesso.com.br)

### **Resenha da obra:**

LIMA, Gigliola Marcos Bernardo de; PEREIRA NETO, André de Faria; AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho; DIAS, Maria Djair; FERREIRA FILHA, Maria de Oliveira. Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v.37, n. 98, p. 446-456, jul./set., 2013.

### **Resumo**

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência”. Este artigo é de autoria de: Gigliola Marcos Bernardo de Lima, André de Faria Pereira Neto, Paulo Duarte de Carvalho Amarante, Maria Djair Dias e Maria de Oliveira Ferreira Filha. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Saúde em Debate”, v.37, n. 98, 2013.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela Faculdade Processus. Membro do grupo de pesquisa “Direito Comparado e Políticas Públicas” na Faculdade Processus. Participante do grupo de pesquisa *Defensoria Pública e acesso à justiça*, sob a coordenação do professor Msc. Alberto Carvalho Amaral.

<sup>2</sup> Professor da Faculdade Processus. Doutorando em Sociologia (Universidade de Brasília). Mestre em Direito (Centro Universitário de Brasília). Defensor Público do Distrito Federal. Líder do PPIC “Defensoria Pública e acesso à justiça”.

**Palavras-chave:** Mulheres; Prisões; Resiliência Psicológica.

**Abstract**

*This is a review of the article entitled “Women in prison: meanings and everyday coping practices with an emphasis on resilience”. This article is by: Gigliola Marcos Bernardo de Lima, André de Faria Pereira Neto, Paulo Duarte de Carvalho Amarante, Maria Djair Dias and Maria de Oliveira Ferreira Filha. The article reviewed here was published in the journal “Saúde em Debate”, v.37, n. 98, 2013.*

**Keywords:** *Women; Prisons; Coping; Psychological resilience.*

**Resenha**

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência”. Este artigo é de autoria de: Gigliola Marcos Bernardo de Lima, André de Faria Pereira Neto, Paulo Duarte de Carvalho Amarante, Maria Djair Dias e Maria de Oliveira Ferreira Filha. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Saúde em Debate”, v.37, n. 98, 2013.

Muito do que compõe a formação ou a experiência de um(a) autor(a) contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos, então, um pouco sobre cada um(a) dos(a) autores(as) a partir de suas experiências e vivências acadêmicas, essenciais para a compreensão de que ponto partem suas problematizações e questões envolvidas em suas teorizações.

A primeira autora deste artigo é Gigliola Marcos Bernardo de Lima. Graduada em Enfermagem Geral pela Universidade Federal da Paraíba (2004); mestre em Enfermagem (Universidade Federal da Paraíba – 2005); doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública/ Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). É professora (Universidade Federal de Campina Grande) e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos, Saúde e Cidadania (NEDESC).

O segundo autor é André de Faria Pereira Neto. Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1982); mestre em história pela Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle) (1985); doutor em saúde coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997); pós-doutorado em sociologia da saúde pela Universidade da Califórnia, San Francisco (2006). Pesquisador titular da Escola Nacional da Saúde Pública. Professor da Fundação Oswaldo Cruz.

O terceiro autor é Paulo Duarte de Carvalho Amarante. Graduado em Medicina pela Escola de Medicina da Santa Casa de Misericórdia (1976); mestre em Medicina Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1982); doutor em saúde pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1994). Professor da Universidade Federal de Santa Catarina e da Fundação Oswaldo Cruz.

A quarta autora é Maria Djair Dias. Graduada em enfermagem Geral pela Universidade Federal da Paraíba (1984); mestre em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba (1996); doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (2003). Professora da Universidade Federal da Paraíba.

E, por derradeiro, a quinta autora é Maria de Oliveira Ferreira Filha. Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba (1981); mestre em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba (1994); doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (2002).

No resumo deste artigo consta:

Este estudo se propõe a conhecer os significados do encarceramento, bem como as estratégias de enfrentamento com ênfase na resiliência. A metodologia baseia-se na abordagem qualitativa à luz da técnica de História Oral Temática. As falas revelam a prisão enquanto processo de 'mutilação do eu'. A morte civil, a substituição do convívio familiar, o vazio de ordem emocional e material, e a ausência da autonomia caracterizam o significado do cárcere. As estratégias de enfrentamento com resiliência dentro do cotidiano prisional foram a fé, o amor aos filhos, o trabalho, a música e a espera pela liberdade. É preciso que a prisão se comporte para além do caráter punitivo e proporcione cuidados especializados à mulher encarcerada. (LIMA et al., 2013, p. 446).

O tema deste artigo é apreender significados e práticas cotidianas de enfrentamento por mulheres no cárcere. O estudo pretendeu conhecer os significados do encarceramento e estratégias de enfrentamento com ênfase na resiliência. Partiu da hipótese que as experiências em instituições prisionais devem preservar a saúde dos apenados. E possui, como objetivo central, identificar os significados do encarceramento e o processo de enfrentamento com destaque na resiliência de mulheres aprisionadas.

Segundo o estudo, o número de pessoas encarceradas vem crescendo ao longo dos anos e o Brasil aparece no contexto mundial no rol dos países com maior número de presos. Além disso, o crescimento da população brasileira apenas é maior do que o crescimento da população em geral.

É observado que, se associados ao sexo, os dados são ainda mais marcantes, revelando que, enquanto a população brasileira masculina apenas

creceu entre 2000 e 2010, a feminina cresceu ainda mais no mesmo período. Na medida em que a população apenas masculina dobrou, a feminina triplicou. Por outro lado, o aumento da população apenas não foi acompanhado proporcionalmente do crescimento de ambientes carcerários, o que trouxe superlotação aos estabelecimentos penais e consequências tais como: ócio, indisciplina, indignação, tumulto, precariedade de higiene, aumento do consumo de drogas e de diversas formas de violências física e psicológica, além da ruptura brusca de perda da liberdade, autonomia e relações familiares, especialmente em mulheres (LIMA et al, 2013).

Os autores afirmam que o perfil das mulheres que adentram o sistema prisional é composto por jovens, solteiras, com filhos, de baixo nível de escolaridade e com renda familiar precária. Antes do encarceramento não possuíam vínculo trabalhista ou estavam desempregadas, inclusive apontando estudos que indicariam fragilidades familiares (LIMA et al, 2013, p. 447).

Nesse sentido, o encarceramento feminino revela uma problemática de grande estigmatização social e elevados níveis de problemas de saúde (LIMA et al, 2013, p. 447), com destaque ao sofrimento mental, o que torna a preservação da garantia do direito à saúde dessas apenas no Brasil um desafio constante.

Apontam o direito à saúde, com assento constitucional e amplo arcabouço normativo, e que a própria Lei de Execução Penal, de 1984, sinalizava para a implementação de melhorias essenciais no cárcere. Dizem, assim, que houve recente implementação de uma organização de ações e serviços de saúde, fazendo referência ao Plano de Saúde no Sistema Penitenciário, de 2003; da “Legislação da Saúde no Sistema Penitenciário”, de 2010 (LIMA et al, 2013, p. 448).

O nível normativo, porém, é insuficiente, sem que haja comprometimento real para a implementação de medidas efetivas para a concretização desses direitos. Há de ser ressaltado, como apontam os autores, quadros de vulnerabilização cultural e social, além de recorrências como fragilidade física, que permitiram uma maior incidência de adoecimento entre os encarcerados. Afirma, portanto, que “a preservação da saúde durante o regime de reclusão é uma forma de trazer a essas pessoas a dignidade que rege o direito à saúde presidiária” (LIMA et al, 2013, p. 448).

Com esse estudo os autores objetivam conhecer os significados do encarceramento, bem como as estratégias de enfrentamento a partir das falas de mulheres encarceradas no Estado da Paraíba. A metodologia de estudo utilizada foi uma abordagem qualitativa à luz da técnica de História Oral Temática, na qual perguntas norteadoras sobre o objetivo do estudo e outras voltadas à caracterização da amostra de falas de mulheres encarceradas naquele ente desnudaram o encarceramento como processo de “mutilação do

eu”, remetendo-se a categoria de Erving Goffman, além de caracterizar a prisão como morte civil, substituição do convívio familiar, vazio de ordem emocional e material e a ausência da autonomia. Utilizam, dessa feita, conceitos de Michel Foucault e Erich Fromm para subsidiar seus achados (LIMA et al, 2013, p. 448).

O sensível aumento do encarceramento feminino é tema que incrementa a relevância dessa temática, pois a institucionalização gera efeitos, repercute interações entre o sistema prisional, seus agentes e mulheres encarceradas, como “um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (LIMA et al, 2013, p. 448), no qual o processo e seu significado são os focos principais de abordagem. Assim, o depoimento das mulheres presas e a observação de seu cotidiano possuiria relevância para a interpretação do viver no cárcere, significados e estratégias de enfrentamento, cerne do texto ((LIMA et al, 2013, p. 449).

Da análise do material obtido nas entrevistas os autores construíram uma grade temática baseada em três eixos de investigação.

O primeiro eixo relativo à "caracterização das encarceradas depoentes" apresentou o perfil médio de idade de 29,3 anos, em sua maioria solteiras, baixa escolaridade, baixas condições socioeconômicas, com pouca diversidade nas ocupações às quais podem ter acesso, mimetizando as tarefas que executariam normalmente no lar, reafirmando os papéis culturalmente definidos para as mulheres em espaços privados, a exemplo da esfera doméstica. Além disso, os autores observaram que o Estado, enquanto gerador de novas habilidades, possui força de manutenção da vulnerabilidade social, com reforço do estigma imposto às populações menos abastadas como população criminosa por preferência (LIMA et al, 2013, p. 450).

A reiterada frequência de rompimento de laços interpessoais nas unidades prisionais femininas, que é marca específica distinta do que ocorre nas unidades masculinas, é ponto a ser notado. O período de prisão variou de 8 meses a 2 anos, em regime fechado, e houve uma maior frequência de crimes violentos (homicídio e roubo), seguidos de crimes não violentos (furto e estelionato) (LIMA et al, 2013, p. 450).

Os achados da pesquisa confirmam o imaginário social, de que a criminalidade feminina se dá em espaços privados, já que o espaço público lhe é negado, como primazia (LIMA et al, 2013, p. 450). Essa marca do patriarcado moderno, aliás, vem no bojo de diversas teorias preconizadas por feministas brasileiras já há bastante tempo (cf., a esse respeito, AMARAL, 2017).

Os autores, buscaram conhecer o lugar que o cárcere ocupava na vida e na história das entrevistadas a colaborar com o estudo, apresentando, assim, o segundo eixo categórico, intitulado "Mulheres no cárcere: significados do encarceramento". É destacada a dimensão subjetiva que essa experiência do

encarceramento, como elementos definidores da subjetividade daquela que está inserida nessa instituição total (GOFFMAN, 2001). Tais práticas passam a interferir e a determinar as relações humanas e, em consequência, determinam a subjetividade do indivíduo.

A rotina na prisão reflete na condição humana na medida em que rupturas, no âmbito social e familiar são produzidas de forma repentina, e o processo de institucionalização, com suas graves e indeléveis marcas, revela experiências de “existência-sofrimento” daqueles submetidos (LIMA et al, 2013, p. 452). A mutilação do eu (self) desnuda uma mudança na concepção de si, em razão da morte em vida, da inclusão em rotinas e quebra da subjetividade, como aponta Goffman (2001). Nesse ponto, os autores apontam o vazio que se notou em falas das encarceradas, que se voltam à dependência do arraigamento às raízes humanas. Não é fácil, também, conviver com desconhecidos, com a hostilidade daquele ambiente, que acaba reforçando a fragilidade das relações humanas, que dificulta laços de amizade ou companheirismo com as companheiras de detenção, com a própria família ou até mesmo com a equipe que compõe o cárcere (LIMA et al, 2013, p. 453).

O encarceramento, além do rompimento de contatos com o mundo exterior, pelo caráter de confinamento e do abandono, rompe com expectativas mínimas de relacionamentos essenciais para os seres humanos, dificulta o ajuste emocional das presas e não significa, atualmente, estratégia terapêutica, mas, sim, causadora de sofrimento crônico, quadro que pode gerar adoecimento mental, com depressão e, até mesmo, suicídio (LIMA et al, 2013, p. 543)

A prisão, de acordo com os autores, é cenário de reiteradas violações de direitos, que criam empecilhos para o cotidiano das penas, logo se mostra contrária aos ideais preventivistas, especialmente o da prevenção individual positiva, e, diante desse cenário, a população carcerária acaba por adotar estratégia para esses problemas vivenciados, os quais são apontados na terceira categoria, denominada “Práticas cotidianas de enfrentamento no encarceramento” (LIMA et al, 2013, p. 453).

A resiliência, nesse contexto, apresenta-se (ou pode apresentar-se) como a superação ou adaptação individual perante tais adversidades, que acabam refletindo em suas práticas cotidianas, reunidas em cinco elementos identificados no presente estudo, quais sejam, fé, trabalho, música, companheiras de cárcere, filhos e a espera pela liberdade (LIMA et al, 2013, p. 454).

A profissão pode ser caminho para modificação desse caminho, além de projetar perspectivas para longe dos muros da prisão, e que a religiosidade atua positivamente para a saúde mental das encarceradas, além do desejo pela volta do convívio com a família, especialmente mãe e filhos (LIMA et al, 2013, p. 454).

Os autores entenderam, ainda, que os mecanismos de resiliência se manifestaram de inúmeras formas, individuais ou coletivas, e que houve aprendizados e adoção de estratégias para superação de eventos de danos psicológicos encontrados naquela instituição total ((LIMA et al, 2013, p. 454).

O estudo reafirmou a atmosfera de ausências e rupturas que caracterizam as instituições e o isolamento enquanto fator de risco para a saúde mental das encarceradas. Concluem, assim, pela relevância de reduzir tais experiências de sofrimento, proporcionando às apenas outras medidas que possam repercutir positivamente, como cursos profissionalizantes, cuidados especializados à condição física e psicológica feminina, maior convivência com os filhos, garantia do direito de visita íntima, bem como ações de apoio espiritual, garantindo-se o tratamento humano àquelas pessoas (LIMA et al, 2013, p. 455), como requisito imprescindível de um direito penal centrado na racionalidade e que se pauta por critérios de prevenção.

Além de discutir o caráter degradante da condição humana no confinamento o estudo contribui para o debate sobre a saúde das prisões no Brasil e a real necessidade de implementação de políticas públicas que contribuam para que a população encarcerada desenvolva estratégias de enfrentamento no encarceramento e que estimulem a realização de novas investigações com a finalidade de ampliar o conhecimento sobre a experiência prisional e suas relações com a saúde mental, garantindo a reabilitação das cidadãs após o período prisional.

## Referências

AMARAL, Alberto Carvalho. **A violência doméstica a partir do olhar das vítimas**: reflexões sobre a Lei Maria da Penha em juízo. 1.ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

BELMONTE AMARAL, Luciana Lombas. Como fazer resumos e resenhas críticas. **Youtube**, 4 maio 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mlFO6RDjXl>.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p.

95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em:  
<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020. Disponível em:  
<<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

LIMA, Gigliola Marcos Bernardo de; PEREIRA NETO, André de Faria; AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho; DIAS, Maria Djair; FERREIRA FILHA, Maria de Oliveira. Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v.37, n. 98, p. 446-456, jul./set., 2013.